

Proposta de pontos sugeridos pela SBPC para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI)

Após quatorze anos, atendendo a uma convocação da Presidência da República que foi estimulado pelas entidades científicas, a comunidade científica e demais setores da sociedade voltam a se reunir para debater e refletir sobre os rumos da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A realização da 5ª CNCTI, após a intensa participação da sociedade em mais de 220 eventos realizados na fase preparatória em todo o país, resgata este importante espaço de diálogo, essencial para a formulação de políticas públicas transformadoras na direção de um “Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido”. A SBPC entende que as proposições, ora em discussão, serão aprofundadas na Conferência Nacional de forma a subsidiarem, além da formulação de uma “Estratégia Nacional de CT&I (ENCTI)” a estruturação de um Plano Nacional Decenal de CT&I (aqui designado por PNDCTI). O Brasil, neste momento de reconstrução de sua soberania, requer uma política de Estado decenal se quiser avançar nas políticas de desenvolvimento econômico e social, de industrialização, de ciência e tecnologia. É preciso avançar para além da ENCTI, definir metas e prazos; propor como se dará o crescimento dos recursos para CT&I; construir e implementar modelos de avaliação de resultados de todos os programas e projetos de CT&I; rever e propor, se necessário, novos marcos legais ou sua correção, bem como promover o seu uso efetivo; e consolidar o Sistema Nacional de CT&I.

1) É essencial constarem no PNDCTI estratégias, metas e ações para a melhoria da educação básica no país (aqui é imprescindível a articulação com o sistema nacional de educação) e, com destaque, para uma **profunda renovação da educação científica e tecnológica;**

2) Importante promover a valorização e o apoio efetivo do Estado à pesquisa científica, englobando recursos adequados e estímulo aos jovens, formação qualificada em todas as áreas, fixação e retenção de pessoal, expansão e aprimoramento do programa dos INCTs e da rede Embrapii, maior conexão das pesquisas com as atividades de inovação, bem como condições adequadas de trabalho dos pesquisadores, técnicos e professores e sua justa remuneração;

3) Que o PNDCTI tenha entre seus objetivos principais a contribuição da CT&I para o desenvolvimento social e para a redução das imensas desigualdades do país, com a indicação de estratégias e ações nesta direção. A conexão com as ODS é balizadora aqui, assim como com as políticas públicas (nacionais e locais) de saúde, energia, transporte, meio ambiente, turismo, segurança, saneamento, etc, particularmente no nível municipal. Neste contexto, a Inovação Social, aquela voltada para o aprimoramento das políticas e ações públicas e a melhoria da qualidade de vida de todos, sem fins lucrativos e conectada às tecnologias sociais, deve ter lugar nas metas e ações previstas no PNDCTI;

4) Estabelecer um financiamento crescente da CT&I no país. A análise dos recursos e das fontes de financiamento à CT&I, a proposição de novas fontes (que sejam politicamente factíveis) e como proceder à distribuição adequada e transparente de tais recursos devem ser pontos essenciais no novo planejamento.

Importante considerar o estabelecimento da meta de se alcançar efetivamente os 2,5% do PIB para P&D por volta de 2030¹;

5) Considerar como propostas imediatas: i) planejar o crescimento dos recursos para CT&I na LOA nos próximos 10 anos (não só no MCTI mas também nas outras áreas de governo que aportam recursos em CT&I, assim como os dispêndios estaduais e municipais (nos orçamentos respectivos); ii) **promover a criação de novos Fundos Setoriais dentro do FNDCT** (como foi sugerido, por exemplo, muitos anos atrás na SBPC, a partir de recursos do sistema financeiro, assim como do agro e das Big Techs); iii) **garantir no FNDCT, no máximo, 25% para recursos reembolsáveis;**

6) Ter como meta a redução EFETIVA de imensa burocracia que nos assola, e gerar estratégias para isto;

7) Estabelecer o Sistema Nacional de CT&I, tendo como uma das diretrizes a descentralização e uma participação/articulação mais intensa com as estruturas estaduais e municipais de CT&I, que devem ser fortalecidas, aprimoradas e expandidas. Seria importante se rediscutir a estrutura do CD do FNDCT para incorporar outros setores importantes como FAPs, Universidades e IFES, MS, ... e equilibrar a sua composição que hoje é majoritariamente de representantes do governo (10 a 7).

8) Desenhar estratégias, metas, recursos e programas nacionais mobilizadores para áreas científicas e tecnológicas estratégicas, que têm ou provavelmente terão grande impacto nos domínios da CT&I (no Brasil e no mundo) como: IA; biodiversidade; enfrentamento das mudanças climáticas; produção de medicamentos, vacinas e equipamentos na área de saúde; pesquisas oceânicas; energias alternativas; produção de chips; instrumentação científica; computação quântica; agricultura sustentável; segurança pública;

9) Desenvolvimento e execução de uma política nacional específica para a Amazônia, com recursos de monta e com uso intenso da pesquisa científica, e levando em conta todas as dimensões relevantes: social, econômica, ambiental, científica;

10) Ponto relevante no PNDCTI: sua articulação com o PNPG e suas metas, bem como o estabelecimento de uma política de apoio, renovação e melhoria das universidades públicas, ampliando suas interações com as empresas, os poderes públicos e a sociedade civil;

11) Construção de um Plano Nacional de Popularização da C&T e Apropriação Social do Conhecimento, como proposto na IV CNCTI (e não realizado). A China o fez duas décadas atrás, assim como outros países. Conectado com isto: valorizar

¹ Para atingimento da meta, a União teria de se comprometer a 1) aumentar, a cada ano, os recursos para C&T no orçamento de forma a atingir um percentual da ordem de 5% dele para CT&I; e 2) criar programas e estímulos, bem como usar o poder de compra do Estado, para que a iniciativa privada invista bem mais em P&D. Em paralelo, pressionar para a eliminação das políticas restritivas de ajuste fiscal que afetam pesadamente as políticas sociais para C&T, educação, saúde.



e estimular a recuperação, preservação e o uso público do patrimônio científico e cultural do país;

12) A necessidade de estratégias, metas e programas voltados para a redução efetiva das desigualdades dentro do próprio sistema nacional de CT&I, com ações afirmativas que as enfrentem nas várias dimensões (gênero, etnia, regional, classe social, ...);

13) Articular e apoiar redes de cooperação científica no país e com o exterior, com ações que promovam a conectividade entre os cientistas e as instituições de pesquisa e a formação de redes internacionais científicas de alcance global;

14) A universidade brasileira precisa de uma renovação profunda em todos os aspectos. Uma sugestão seria se criar uma Força Tarefa, envolvendo os ministérios ligados, a comunidade acadêmica, a comunidade científica e outros setores (empresarial, dos trabalhadores e da sociedade civil) para propor uma transformação profunda na universidade brasileira.

São Paulo, 20 de agosto de 2024

Diretoria da SBPC.

Subscvem este documento:

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Associação Brasileira de Cristalografia (ABCr)
Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)
Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)
Associação Brasileira de Mutagenese e Genômica Ambiental (Mutagen-Brasil)
Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL)
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE)
Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)
Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)
Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL)
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)
Federação das Sociedades científicas e acadêmicas (SOCICOM)
Rede Nacional Leopoldo de Meis de Educação e Ciência (RNEC)
Sociedade Astronômica Brasileira (SAB)
Sociedade Botânica do Brasil (SBB)
Sociedade Brasileira Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Sociedade Brasileira de Biofísica (SBBf)



Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Sociedade Brasileira de Biologia Celular (SBBC)
Sociedade Brasileira de Computação (SBC)
Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia (Ecotox Brasil)
Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo (SBMAG)
Sociedade Brasileira de Ensino de Química (SBEnQ)
Sociedade Brasileira de Entomologia (SBE)
Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE)
Sociedade Brasileira de Física (SBF)
Sociedade Brasileira de Geoquímica (SBGq)
Sociedade Brasileira de Herpetologia (SBH)
Sociedade Brasileira de Mastozoologia (SBMz)
Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC)
Sociedade Brasileira de Ornitologia (SOB)
Sociedade Brasileira de Ótica e Fotônica (SBFOTON)
Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Parasitologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional (SOBRAPO)
Sociedade Brasileira de Primatologia (PBPr)
Sociedade Brasileira de Protozoologia (SBPz)
Sociedade Brasileira de Química (SBQ)
Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ)